

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.431 - RS (2018/0310660-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES E OUTRO(S) -
RS057289A
VIRGINIA NEUSA COSTA MAZZUCCO - RS094736A
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - RS057289A
AGRAVADO : ELTON LUIS DA CRUZ
ADVOGADO : ROBSON DANNUS - RS0069306

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 128):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. EXIGIBILIDADE.

A alegação de impossibilidade de cumprimento da obrigação de fazer (liberação do gravame) diante da suposta ausência de transferência de propriedade do veículo para o nome do consumidor, não encontra amparo na prova documental, que, ademais, evidencia a absoluta recalcitrância do agravante em atender ao comando judicial. Logo, não há falar em inexigibilidade das astreintes.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 156/161).

A agravante sustenta, nas razões de recurso especial, ofensa aos artigos 537, § 1º, do Código de Processo Civil; 461, §§ 4º e 6º, do Código de Processo Civil de 1973; e 884 do Código Civil, alegando que a obrigação de baixar o gravame é impossível em razão da ausência de transferência do bem ao financiado e que a multa cominatória fixada em R\$ 200,00 (duzentos reais) deve ser reduzida, pois é exorbitante o montante alcançado (R\$ 30.200,00 - trinta mil e duzentos reais), caracterizando verdadeiro

enriquecimento indevido.

Não prospera, porém, o recurso.

Primeiramente, verifico que o acórdão recorrido, com base nas provas dos autos, concluiu que a obrigação de baixa do gravame, após a homologação do acordo celebrado entre as partes, estava ao alcance da agravante "de modo fácil e célere" (fl. 131). Confira-se (fl. 134):

A alegação trazida no bojo do presente recurso, tocante à impossibilidade de cumprimento da obrigação de fazer, diante da ausência de transferência de propriedade do veículo para o nome do consumidor, não encontra amparo na prova documental.

Com efeito, dos documentos juntados pelo recorrido no bojo do Agravo de Instrumento de nº 70076269497, afere-se que, desde a aquisição do veículo, em 30/04/2009, e inclusão do gravame de alienação fiduciária (data de inclusão: 04/05/09), já constava como proprietário do veículo o ora agravado, Elton Luis da Cruz.

Outrossim, como bem ressaltou o magistrado a quo a liberação da restrição de alienação fiduciária no Sistema Nacional de Gravames (SNG), indubitavelmente é obrigação do agente financeiro, consoante art. 9º da Resolução nº 320 do Conselho Nacional de Trânsito 1 e cláusula 10 do contrato.

Logo, não há falar em obrigação de fazer impossível e inexigibilidade das astreintes fixadas, restando evidenciada nos autos a absoluta recalcitrância do agravante em atender ao comando judicial exarado.

A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto ao ponto, portanto, demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado a teor da Súmula 7/STJ.

De outro lado, o STJ tem entendido ser possível, de ofício ou a requerimento da parte, a redução do valor da multa por descumprimento de decisão judicial quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, podendo gerar enriquecimento indevido. Nesse sentido: Quarta Turma, AgRg no Ag 1.257.122/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 17.9.2010 e Terceira Turma, REsp 1.085.633/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, DJe de 17.12.2010.

No caso em exame, entretanto, a Tribunal de origem concluiu que a agravante se negou injustificadamente a cumprir a ordem judicial, reformando, inclusive, a redução efetuada pelo Juízo de origem.

Assim, não se verifica exorbitância no valor alcançado com a incidência da multa (R\$ 30.200,00), que decorreu da recalcitrância da agravante no cumprimento da obrigação. Ressalte-se, conforme consignado no acórdão recorrido, que a finalidade da multa diária prevista na legislação é, justamente, obrigar a parte a cumprir a determinação judicial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora